



**CONSELHO REGIONAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E CULTURA DE PAZ – JABAQUARA Biênio 2022/2024**

ATA REUNIÃO ORDINÁRIA

Data:15/03/2022 Local: Vídeo Conferência conforme Portaria nº 047/20/SVMA

Horário: 19:30hs às 21:30hs

Presentes:

José Frutuoso – Representante do Subprefeito do Jabaquara

Antônio Atoro – Representante Titular da SVMA

Marianne Sartoratti Branco – Conselheira Sociedade Civil

Marlene Emília Bicalho dos Reis Martins – Conselheira Sociedade Civil

Maryana Magalhaes Pereira – Conselheira Sociedade Civil

Walquiria Prata Chioquette – Conselheira Sociedade Civil

Shindi Kiyota - Conselheiro Sociedade Civil

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário - Conselheiro Sociedade Civil

Marcos Manoel dos Santos –Suplente - Conselheiro Sociedade Civil

Fagner Saturno –Suplente - Conselheiro Sociedade Civil

Bruno Santos Silva – Suplente - Conselheiro Sociedade Civil

Luciano Mathias – Suplente - Conselheiro Sociedade Civil

Convidados:

Max Creus – Conselho Gestor UBS Canaã, Conselheiro do Conselho Gestor do CEU Caminho do Mar, Conselheiro Gestor Supervisão Técnica Jabaquara, Comissão de Obras.

Sueli Gomes – Conselho Participativo, Conselho do CEU Caminho do Mar e Conselho Popular de Saúde do Jabaquara



Expediente:

José Frutuoso – Representante do Subprefeito do Jabaquara: Boa Noite, conforme o Regimento Interno do CADES-JA, alcançado e quórum e aguardado o tempo hábil de tolerância, iniciamos a Reunião do CADES-JA as 19:50hs. Vamos pedir ao Secretário Jânio que passe os temas de pauta.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: a proposta de Pauta para hoje é:

1. Votação da ATA da última Reunião da Gestão 2020/2021 (dezembro/21) e ATA da Primeira Reunião da Gestão 2022/2023 (fevereiro/22);
2. Deliberação/Formação de GT's (Comunicação, Água Espirada, Amortecimento, Arborização etc.) conforme Artigo 14º do Regimento Interno;
3. Levantamento de artigos do R.I. que são passíveis de aperfeiçoamento/correção/modificação;
4. Outros
 - 4.1 Metodologia do Cades-JA para Deliberações como Adotar o Grupo de WhatsApp como forma prévia de Deliberações;
 - 4.2 Justificativa/Abono da falta na última Reunião da Conselheira Walquiria e Representante da SVMA Antônio, conforme Parágrafo Único do Artigo 8º do Regimento Interno;

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: Boa Noite a todos, inclusive a Sueli Gomes Coordenadora do Conselho Participativo, primeira coisa eu me abstenho de votar ATA da Gestão Passada, outra coisa a gente ficou de ouvir as propostas da Subprefeitura e também as demandas da Gestão passada, o que foi feito, o que ficou pendente e o que está em andamento e por último lembrar que temos a questão da Audiência Pública da LDO 2023 em 11/04/22 e quem organizava essas Audiências no Território era o Conselho Participativo Municipal do Jabaquara – COM só que por um absurdo de uma deliberação da Secretaria, o CPM Jabaquara está suspenso suas atividades, então nos não sabemos quem irá organizar essa Audiência para escolher as propostas para 2023 lembrando que mesmo na Cidade de São Paulo inteira o mandato dos Conselheiros Participativos até 31/03/2022 então estamos com um impasse na cidade inteira para saber quem irá coordenar as Audiências Públicas nas Subprefeituras.

Luciano Mathias –Conselheiro Suplente Sociedade Civil: Boa noite. Gostaria de falar do GT do Amortecimento, que entrará em pauta e ver com vocês se mantemos ele em atividade novamente como já tinha na gestão anterior, e fazer um convite, teremos uma ação desse GT na Horta da Associação Novos Passos, que já até deixei o link para vocês. Teremos uma comemoração no dia das mulheres e gostaria que o CADES iniciasse esse ano com o pé direito



estando conosco para fortalecer o ecossistema e todos os assuntos que tangem o Conselho.

Antônio Atoro – Representante da SVMA: primeiramente Boa Noite a todos, principalmente aos novos Conselheiros, um prazer uma satisfação estar com vocês. Eu comuniquei anteriormente que eu não poderia estar presente na última reunião, devido algumas mudanças que tivemos na SVMA. Hoje eu estou como administrador do Parque mais antigo da cidade de São Paulo, o Parque da Luz, e devido aos treinamentos e cursos que tivemos que desenvolver não tive tempo hábil para participar da Reunião. Isso é para justificar minha ausência e novamente parabenizar os novos conselheiros presentes, também o Representante da Subprefeitura, e o que estiver ao nosso alcance puder desenvolver essa atuação em conjunto com o CADES estou à disposição.

Sueli Gomes – Conselho Participativo: boa noite a todos, como o Conselheiro Mauro falou, estamos com uma grande preocupação que não estão liberadas nossas atividades no Conselho Participativo e quanto a quem irá coordenar as Audiências Públicas da LDO. Gostaria que o Representante da Subprefeitura que está aí, pudesse se manifestar, porque fizemos um pedido para uma reunião e até agora não obtemos respostas e como iremos fazer o controle social se foi dessa maneira indevida o CPM parou suas atividades. De uma maneira ilegal e eu gostaria de ter uma resposta, já que você me deu a palavra, gostaria que o José se não puder me responder hoje, que ele possa responder brevemente, já que não podemos ficar sem o controle social e sem fazer as metas da LDO. Obrigado.

Max Creus: boa noite eu sou Conselho Gestor UBS Canaã, Conselheiro do Conselho Gestor do CEU Caminho do Mar, Conselheiro Gestor Supervisão Técnica Jabaquara, Comissão de Obras, é a primeira vez que participo da reunião do CADES, espero que tenham sucesso e sigam com os denominadores comuns sem contendas e com definições claras.

José Frutuoso – Representante do Subprefeito do Jabaquara: boa noite, prazer em rever a Sueli. Sobre isso que você colocou estamos tratando com bastante cuidado, porque sabemos da necessidade da ação do CPM na ativa. E não foi pela Subprefeitura que o CPM foi suspenso, como você sabe. A gente em breve vai esclarecer tudo para você e os demais Conselheiros.

Sueli Gomes – Conselho Participativo: você diz que não foi a Subprefeitura que parou as atividades do CPM Jabaquara, mas não importa, uma vez que você é um representante da Subprefeitura, sendo representante também do Subprefeito. Se vocês não podem nos dar uma resposta, para que possamos repassar para a comunidade, para a população quem é que vai dar? Você está tratando de uma maneira delicada, mas foi de uma maneira delicada que cassaram o mandato de um Conselheiro do CPM? Onde não tinha processo e não tinha denúncia. Não importa se foi na gestão anterior, o que importa que vocês estão na gestão atual. Participei da última reunião do Cades e você manifestou que as portas estavam de braços abertos para a população. Eu



também estava no auditório do Hospital Saboya e você também falou isso. Não estamos querendo palavras bonitas, queremos que a lei seja cumprida e o COM que foi eleito pelo povo e não existe quem possa tirar isso do povo. Obrigado.

José Frutuoso – Representante do Subprefeito do Jabaquara: nós estamos na Subprefeitura todos os dias tratando de vários assuntos importantes. Esse que você fala é um dos assuntos importantes. Eu queria convidar você para ir à Subprefeitura e conversarmos pessoalmente. Eu, você, o Subprefeito, para a gente resolver logo. Acredito que você como moradora do Jabaquara você tem muito a nos ajudar, a nos auxiliar com respeito a isso. Então eu convido e você pode ver um horário que você possa e vamos conversar e com certeza sairá de lá mais esclarecida possível.

Sueli Gomes – Conselho Participativo: nós temos também aqui o Conselheiro Mauro que também é do Participativo, e nos dois vamos entrar em contato para ver uma data para termos a resposta quando o Conselho Participativo voltara a ter as reuniões e voltar a normalidade e como está a preparação dos novos Conselheiros Participativos. Nosso mandato vai até março então teremos que ter uma eleição. Acredito que uma eleição com menos de 60 dias não se consegue fazer. Quero essa reunião sim, junto com o Mauro para resolveremos essa demanda e ficar bem esclarecido e explicado. Todo mundo fala que o Conselho Participativo não existe, mas ele existe sim. O Conselho de Representantes é pela Câmara e o Participativo é outro, agradeço a atenção e desculpem me estender.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: vencido essa etapa de diálogo, podemos entrar no primeiro ponto de pauta, que é Votação da ATA da última Reunião da Gestão 2020/2021 (dezembro/21) e ATA da Primeira Reunião da Gestão 2022/2023 (fevereiro/22). Na manifestação do Mauro que declarou que ia se abster, gostaria de dizer rapidamente que se a abstenção se tratar de estarmos já na gestão atual e a ATA refere-se a gestão anterior, para esclarecer, que na própria reunião isso ficou deliberado que iria acontecer, por estarmos numa reunião de transição e as Atas são aprovadas sempre na reunião subsequente, já seria na próxima gestão. Foi deliberado assim e não estamos cometendo nenhum ato falho. Isso foi só a título de encaminhamento para o voto dos titulares presentes.

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: eu me abstenho de votar na ATA da gestão passada, porque não tive condições de avaliar. Já a ATA da gestão atual, não tive condição de ler, nem vi quando que chegou. Acho que deveríamos ter pelo menos 72 horas, para o pessoal ler, apreciar, e verificar se tem que ter pontos de inclusão ou não. No caso, minha sugestão é que se adie a votação da ATA do mês passado. Mas se não for possível, eu voto contra.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: coloco em votação a aprovação da ATA de Dezembro/21. Lembrando que o Conselheiro Representante da SVMA estava ausente da Reunião, mas conforme as regras, recebeu o teor da ATA por e-mail, e pode votar. Então como votam?



Resultado: 07 votos a favor e 02 Abstenção. ATA Aprovada e será encaminhada para publicação no Diário Oficial.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: coloco em votação a aprovação da ATA de Março/22, como votam?

Resultado: 08 votos a favor e 01 Contra. ATA Aprovada e será encaminhada para publicação no Diário Oficial.

Sueli Gomes – Conselho Participativo: eu tenho uma dúvida, e como pretendo sempre participar das Reuniões do CADES preciso entender como funciona. A dúvida é como que um Conselheiro que não participa da reunião pode votar na ATA já que não tem gravação?

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: sim posso esclarecer. Com o advento da Pandemia, a SVMA editou a portaria 047 normatizando a situação da reunião virtual. Os critérios são que por ser reunião virtual por meios eletrônicos, quando algum dos conselheiros não conseguem acessar a reunião, observando que não se menciona falta, menciona que não pode acessar. Então quando o Conselheiro não participa de uma reunião, a metodologia proposta pela Portaria, é que nos mandássemos a ATA para o e-mail de todos, inclusive quem não acessou a reunião. Assim ele toma conhecimento dos assuntos, e o teor da reunião. Aí ele pode considerar a ATA aprovada ou não, porque houve a leitura do que aconteceu na Reunião. Então como essa Portaria ainda está em vigor, com a remessa da ATA e a análise dele na leitura, ele pode votar na reunião subsequente. No caso do Conselheiro Antônio, ele considerou a ATA aprovada, porque ele já leu.

Sueli Gomes – Conselho Participativo: mas não é ilógico aprovar algo que ele não participou. O papel aceita tudo. Se houvesse gravação e ela fosse disponibilizada aí sim se observa a gravação, e vê que a ATA foi fielmente transcrita. Isso é meu parecer.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: eu acho que o debate deve acontecer no momento certo. Mas respondendo, eu acho que além do Conselheiro que não estava presente, temos os outros que participaram da reunião. E se ele observa, vamos dizer assim dramatizando uma situação, se os que participaram não disseram que estava tudo errado é porque tudo que estava escrito lá, foi o que aconteceu. O conselheiro analisa na fé pública do Secretário que lavrou a ATA, da forma que aconteceu.

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: só para registro, quero que meu voto conste com essas justificativas. Já que não vi a ATA, não posso aprovar ou desaprovar uma coisa que eu não vi.

Marianne Sartoratti Branco – Conselheira Sociedade Civil: aproveito essa fala do Mauro, queria colocar dois pontos. Primeiro, o Conselheiro que está votando, mesmo se ele não estiver presente na reunião, é importante deixar claro que ele é responsável pelo voto. Se ele votar em algo que ele não estava



presente é responsabilidade dele. Importante que todos nós estamos aqui comprometidos e a partir do momento que se dá o voto ele é responsável por aquele voto. O segundo ponto, é que o Mauro falou que não recebeu as informações. Foi enviado por e-mail, tudo bem que não teve muito tempo para analisar, foi enviado com pouco espaço de tempo para que pudéssemos analisar com calma, mas gostaria de saber, de confirmar, se você está recebendo os e-mails. Porque não é a primeira vez que você diz que não recebeu uma informação enviada pelo CADES, portanto gostaria de saber se você está recebendo porque a remessa por e-mail é uma forma oficial de comunicação entre os Conselheiros. Precisamos entender se o e-mail que você passou se ele está ativo, e se você tem recebido de fato as informações ou não?

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: quando se passa um e-mail as 18hs de um domingo ele passa despercebido. Também um e-mail enviado 48 horas antes da votação, também não tem tempo hábil para analisar. Eu tenho que olhar meu e-mail para verificar o que aconteceu. Inclusive acho interessante o canal do WhatsApp até para informar quando foi mandado o e-mail. Não é comum as pessoas ler e-mail todo dia ou toda hora.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: sobre o que o Mauro e a Marianne falaram, com respeito ao tempo de remessa do e-mail, nós temos no ponto de pauta “outros” a questão de adotarmos uma metodologia, em que eu mesmo propus esse tema, para irmos fechando alguma ponta solta em nossa comunicação. Mas gostaria que o Conselheiro Mauro, confirme se ele recebe ou não os e-mails enviados?

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: alguns eu recebi, mas tenho que verificar. O meu e-mail é oficial e eu recebo mais de 20 a 30 mensagens por dia. Então se a pessoa não conformar para mim que enviou algo, de um dia para o outro, ou dois dias, eu não vejo o e-mail. Por isso até acho que seria bom mandar por e-mail e confirmar esse envio pelo Zap.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: entrando no segundo ponto de pauta, que é a Deliberação ou Formação de GT's. Existe propostas anteriores que poderiam resultar em GT de Comunicação, de Acompanhamento da Operação Urbana Água Espriadas. Temos a fala do Luciano que já propõe a retomada do GT do Amortecimento. Podemos ter também um GT de Arborização ou outro que algum Conselheiro esteja querendo formar. Esse é o tema proposto.

Luciano Mathias –Conselheiro Suplente Sociedade Civil: somente ratificando, a proposta não é a retomada do GT do Amortecimento, e sim a continuidade deste GT. Não quero correr o risco de ele ser extinto, porque já temos um trabalho com ele, então quero convidar os novos conselheiros a participar dessa ação que a gente já vem fazendo ao longo do nosso trabalho. Eu não quero que ele seja extinto, ele está em vigor. Podemos ter uma nova formação com novos conselheiros. Tem que ser claro e objetivo para transcrever o que a gente propôs.



Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: eu propus a questão do acompanhamento da questão da Operação Urbana Água Espreada pela questão da grandiosidade do evento, do projeto. Vai envolver desde a Divisa de Diadema até Pinheiros. Temos cadastradas 8 mil famílias. Temos o valor de 4 bilhões sendo operado. Acabou-se de aprovar mais o valor de 1 bilhão em Títulos e envolve também os parques lineares, recuperação dos córregos e um Parque enorme na divisa com a Vila Clara. Se a gente não acompanhar, não tem nem como o Participativo estar acompanhando.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: gostaria somente esclarecer que em nosso Regimento Interno, os GT's são constituídos com uma finalidade. São para um estudo, para um levantamento de questão, para um acompanhamento. Após isso feito, ele é encerrado porque o teor para que ele foi formado se encerrou. Como estamos em uma nova gestão Luciano, o GT não teve continuidade porque justamente virou a gestão. Você está propondo que ele seja retomado. É apenas uma questão de semântica, um jeito de entender o que você propõe e o que se entende do que está sendo dito. Todos os GT's foram encerrados. Sua proposta é que se continue, com as atividades do GT do Amortecimento, então é necessário que 3 Conselheiros adentrem ao GT. Ele vai constar em ATA e estará vigente normalmente.

Luciano Mathias –Conselheiro Suplente Sociedade Civil: você foi mais claro. Meu objetivo é que ele fique na ativa. Quando você fala retomar, parece que ele estava inativo. Mas o objetivo é manter ativo com novos Conselheiros.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: como são necessários 3 Conselheiros para formar um GT, o Luciano precisa de mais 2 para manter o GT. Seria importante você fazer um resumo das atividades, até mesmo para os novos conselheiros saberem.

Luciano Mathias –Conselheiro Suplente Sociedade Civil: eu multipliquei um link do Projeto Novos Passos no Grupo do WhatsApp. Também consta as atividades do GT no Instagram que vocês podem acompanhar o empoderamento da educação ambiental, horta, compostagem. Traçamos todos os pilares que nós tínhamos como objetivo no início do GT. Fiz um resumo. O GT do Amortecimento tem como finalidade reduzir a pressão urbana que o bairro faz junto ao Parque Estadual Fontes do Ipiranga. O Parque é estadual, mas como nós sabemos a biodiversidade, a fauna e a flora, elas não têm limite. O pássaro está no Parque, mas ele transita no meio da cidade, as árvores, enfim. Não podemos achar que o Bioma da Mata Atlântica que é nosso vizinho no bairro, mesmo dentro do Parque estadual ele é de todo cidadão e temos que cuidar dele com zelo. Sem falar que o Parque tem como viés e propósito guardar as nascentes do Riacho do Ipiranga, onde foi proclamado a Independência do Brasil. São 26 nascentes, sendo 11 no Jabaquara. Também o Parque é uma Unidade de Conservação cuja área do perímetro é fundamental para minimizar a pressão urbana, descarte de entulhos dentre outras ações que degradam o Bioma da Mata Atlântica. Hoje temos o projeto cujo pilar principal é fazer a conscientização ambiental. Peço a todos que vejam o link divulgado no Grupo. No dia 19 temos uma ação no Parque Cientec



que vamos ter um plantio na horta, visita e um tour dentro do Parque, aula de alongamento, zumba, e comemoração do mês das mulheres dentro do Parque. Haverá traslado do CEU Caminho do Mar entre as 9hs e 12hs. Podem checar no link fornecido. Convido vocês a participarem comigo se quiserem mais detalhes passarei, do que já falamos aqui e desses 2 anos de CADES.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: eu só gostaria de complementar o que o Luciano falou, porque além desse estudo e acompanhamento muito importantes existe um outro aspecto que o Conselheiro que queira participar tem que estar ciente. O Jabaquara é divisa com o Parque Fontes do Ipiranga que contém as nascentes do Rio Ipiranga, contém o Jardim Botânico, o Zoológico, o Simba Safari. A Subprefeitura do Jabaquara tem um assento dentro do Conselho Gestor desse Parque. Geralmente não é um Conselheiro do CADES que é o representante. Geralmente é alguém indicado pela Subprefeitura, um servidor de carreira. Ele vai acompanhar as atividades do Conselho Gestor. Seria muito importante que um Conselheiro que tivesse disponibilidade, além das atividades que o Luciano informou, acompanhasse também os trabalhos desse Conselho Gestor do Parque do Estado. Aí nós estaríamos participando das coisas que acontecem neste megaparque que é nosso vizinho.

Luciano Mathias –Conselheiro Suplente Sociedade Civil: você foi cirúrgico na informação. eu tinha me esquecido, com todas as informações essa cadeira no Condepéf geralmente fica com o Poder Público. Mas eu também faço parte das reuniões, estou acompanhando. Eles têm a porta aberta para a gente, querem que essa pressão urbana do Jabaquara, já que somos vizinhos do Parque, também São Bernardo, Diadema e Ipiranga. Territorialmente ele está dentro do Ipiranga, mas como eu falei a área de amortecimento abrange todo o Parque. Se a gente for calcular todo território do Jabaquara é uma área de amortecimento.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: diante destas informações, vamos dar um tempo para os Conselheiros pensarem, porque precisamos de 3 Conselheiros formando o GT.

Fagner Saturno – Conselheiro Suplente Sociedade Civil: boa noite a todos, gostaria de dizer que sou diretor no Instituto Cria Conexões. Ele faz a gestão da área de lazer Água Espriada. Nos temos um modelo de gestão diferenciado, através de um acordo de cooperação do instituto com a Subprefeitura do Jabaquara, um modelo inovador que não tem em outra área ainda e a gente vem trabalhando para trazer mais acesso das comunidades do entorno a Cultura, Esporte, Lazer. Agora atualmente estamos com um Circo na área de lazer. Eu venho acompanhando a Operação urbana Água Espriada há alguns anos. Tenho algum conhecimento na área de gestão ambiental, já tive algumas experiências e estou aí disposto a ajudar o CADES no que vocês precisarem. No caso de dúvidas, ou projetos que tiver interesse em trazer para a área de lazer da Água Espriada, porque a ideia é que aqui seja uma grande incubadora de projetos sociais culturais e esportivos no Jabaquara. Também faço parte do Conselho Gestor do Parque do Chuvisco, na verdade o Instituto



cria conexões, ele tem uma cadeira que foi prorrogado por mais um ano. Qualquer dúvida a disposição. Na última reunião não pude participar, mas nas próximas estaremos juntos. Pode me chamar pelo Zap também. Irei também depois confirmar meu e-mail junto ao CADES para confirmação.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: com respeito ao GT do Amortecimento, eu não tenho tanta disponibilidade de tempo para assumir muitas atividades externas. Mas para criação, eu adentro ao GT.

Shindi Kiyota - Conselheiro Sociedade Civil: na gestão anterior eu já era do GT e adentro novamente neste novo período.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: com a adesão dos Conselheiros Luciano Mathias, Jânio R Coutinho e Shindi Kiyota, o GT do Amortecimento foi criado, retomado da Gestão anterior. Constará sua Criação nesta ATA e está constituído conforme nosso Regimento Interno. As agendas de atividades serão divulgadas pelo Luciano, para participação de todos os Conselheiros que puderem acompanhar os trabalhos. Ainda neste ponto de pauta, os diálogos no Grupo de WhatsApp, indicaram que existe uma proposta de criação do GT de Comunicação. Na gestão anterior o Primeiro Secretário cuidava da Comunicação Institucional do CADES, ou seja, tudo referente aos trabalhos, o Primeiro Secretário divulga, principalmente no Grupo. Mas sabemos que existem as Redes Sociais. Existem várias formas de divulgação. A divulgação hoje em dia é muito ampla. Temos novos Conselheiros que estão acostumados a fazer isso. Então poderíamos considerar a criação do GT de Comunicação, mas que seria esse complemento aos meios institucionais de informação, nas Redes Sociais. Podemos dialogar sobre isso.

Shindi Kiyota - Conselheiro Sociedade Civil: eu vejo uma necessidade além da comunicação institucional, a necessidade de uma comunicação junto ao bairro.

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: só para dizer, eu não tenho condições de participar do GT, em razão que eu já faço uma comunicação institucional. Então não quero confundir ou misturar essa comunicação que tenho em outros meios, através do Tribuna do Jabaquara, com uma comunicação oficial.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: entendo que um possível GT de Comunicação teria dois aspectos, ou se constituiria alguns Conselheiros responsáveis a alimentar um Blog, uma Página no Facebook, Instagram etc., ou se agregaria ao Primeiro Secretário alimentar essas mídias. Teríamos que definir um método para ampliar a comunicação junto à Comunidade.

Marlene Emília Bicalho dos Reis Martins – Conselheira Sociedade Civil: eu já fiz parte de um GT de Comunicação e eu acho que o tempo de as coisas acontecerem e o canal é uma coisa para quem entende. Eu atuava como colaboradora, não era minha área, então me abstenho de participar, porque temos a questão conteúdo. A rede social é ampla e acho que para se criar um GT de Comunicação temos que nos estruturar primeiro. Gerar conteúdo é



muito trabalhoso, fazer edição, a questão gráfica. Se não entender disso não valerá a pena. Também tem que haver a conexão do material que vai ser proposto, o que vai ser liberado pelo Conselho para ser exposto para a sociedade. É todo um processo, que se tem que saber com clareza quem está encabeçando, e de que forma vai acontecer. Estou entrando agora e prefiro conhecer melhor o bairro. Inclusive como proposta geo referenciar as regiões que o CADES vai atuar. Programas simples onde pode-se marcar sobre qual região estão partindo as ações. Sugestão. Acho GT de Comunicação complexo e talvez não seja o momento.

Marianne Sartoratti Branco – Conselheira Sociedade Civil: eu concordo com a Marlene que ainda não seria o momento de termos um GT de Comunicação. Temos que ter a experiência para saber qual as informações seriam divulgadas, obter uma serie de padrões e coerência sobre as informações saídas do Conselho. Poderíamos voltar a esse assunto em um próximo momento. Mas nesse momento acho importante garantir a divulgação das Reuniões, talvez todos os Conselheiros poderiam fazer essa divulgação individual com o link a data das nossas reuniões. Hoje elaborei um folder e divulguei o e-mail do CADES, onde as pessoas podem solicitar o acesso. Acho que neste momento isso é mais importante. Divulgar para a população as reuniões e abrir a participação, para saberem que as atividades do CADES acontecem com regularidade e poderem participar. Conforme formos desenvolvendo as ações avaliamos se vale a pena uma criação de GT.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: então temos a proposta da Marlene apoiada pela Marianne, de mantermos a possibilidade da criação do GT de Comunicação no radar, e voltemos a conversar em reuniões futuras quando estivermos mais estruturados.

Shindi Kiyota - Conselheiro Sociedade Civil: eu coloquei essa questão no grupo por esse motivo, provocar esse debate. Eu não atuo na área de comunicação. Mas foi minha contribuição. Existe uma necessidade de pelo menos uma pessoa seja titular. Também existe o voluntariado, se existir pessoas que possam preparar essa questão de comunicação. Isso também tem que ficar no radar do Conselho, uma forma de adquirir voluntários. Até mesmo para esses voluntários conhecer o CADES e quem sabe serem conselheiros em gestões futuras.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: pelos diálogos até aqui se formou um consenso no Conselho que iremos manter a questão da Comunicação no radar e voltar a analisar em futuras reuniões. Como não existe propostas de criação de outros GT encerramos o segundo ponto de pauta. Entramos no Terceiro ponto de pauta, que é o Levantamento de artigos do R.I. que são passíveis de aperfeiçoamento/correção/modificação. Esclarecendo que este ponto de pauta não finaliza as discussões sobre o assunto, nem é decisão final. É o início, para verificar se já existe algum item do R.I. identificado para deliberação. Eu fiz uma releitura do R.I, e tenho alguns itens que gostaria de mencionar e lançar para deliberar sobre alguma correção ou modificação. No artigo 6º que trata do quórum, este artigo enfatiza que existe a necessidade de haver 4 Conselheiros



para se abrir uma Reunião Ordinária. O Conselheiro Mauro já tinha identificado neste artigo, têm uma forma redundante. É que quando se formulou esse artigo, quiseram enfatizar. Ele menciona como quórum 50% dos Conselheiros, e depois noutro parágrafo menciona “maioria simples”, ou seja, fala em 4 Conselheiros duas vezes. Houve em outras reuniões a dúvida se o Suplente assumiria a vaga de um Titular que falte, mas o R.I. contempla isso tranquilamente. O que se poderia fazer é tornar esse artigo 6º mais simples. O Artigo 12º é com respeito as ATAS. Nesse artigo existe a necessidade da leitura da ATA anterior. Quando se fazia as reuniões presenciais, esse método tomava um tempo enorme da reunião. A nossa última reunião gerou uma ATA de 13 páginas. Imagina fazer a leitura disso tudo. Entrou a pandemia, e a Portaria 47 da SVMA instituiu o método de mandar por e-mail e os Conselheiros passaram a ler a ATA com antecedência. Gostaria de aperfeiçoar esse artigo e retirar do R.I. a necessidade da leitura na ATA na reunião e manter esse critério de mandar a ATA por e-mail, como a portaria instituiu. Finalizando, volto a falar, a última reunião gerou 13 páginas. Isso ocorre porque nos Conselheiros temos o cacoete de enfatizar os nossos argumentos. Não estou fazendo críticas, até porque eu mesmo tenho que me policiar porque faço assim também. As pessoas são assim. E acontece de na fala, a pessoa repetir o ponto de vista 3 vezes. Ela fala repete, fala repete, fala repete. Existe um dispositivo no R.I. que diz que o Conselheiro tem um tempo de 3 minutos para falar, claro que pode ser renovado, mas talvez nas próximas reuniões poderíamos experimentar utilizar esse limite de tempo.

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: eu proponho a gente suspender esse debate no momento. E passar para outros assuntos, porque tem muita gente nova, e passarmos para demandas concretas. O Regimento é questão administrativa interna. Obrigado.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: diante dessa proposta eu sou contra a suspensão do tema. Eu gostaria sim do que eu levantei constasse em ATA. Claro que a gente pode não se aprofundar no debate, até porque temos um ponto de pauta a seguir que propõe oficializar o WhatsApp como meio de discussão do Conselho, e esse aprofundamento pode vir a ser feito pelo WhatsApp. Eu entendo que suspender o tema é tirar o que falamos até agora. Eu acho melhor termos esse entendimento de não se aprofundar no momento, mas sou contra suspender o tema.

Max Creus – Conselho Gestor UBS Canaã: eu gostaria de emitir uma opinião a respeito. No Conselho Gestor da Supervisão Técnica da Subprefeitura do Jabaquara nós adotamos um critério de 3 minutos de fala cada um. Além disso as ATAs devem ser enviadas por e-mail e suspender a leitura porque o tempo necessário para discussão de outros temas mais importantes já está ali colocada na ATA enviada por e-mail. Se você quiser fazer uma retificação ou ratificação de algum item, que alguém discorde, somente neste item que seja colocado, para evitar esse tempo desperdiçado. No meu entender é de bom tamanho tomar essa atitude.



Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: obrigado Max, o seu depoimento é muito importante, porque nós vamos formulando opiniões e em algum momento acha-se que se está inventando algo. Seu depoimento é importante nesse sentido, em mostrar que em outros Conselhos existe esse mesmo dispositivo, com a mesma finalidade de agilizar os trabalhos.

Sueli Gomes – Conselho Participativo: também temos em outras participações o instrumento da gravação da reunião. Eu acho de extrema importância como vocês disseram esse canal de comunicação, esse GT não é formado, porque realmente dá muito trabalho e precisa de muito tempo para isso eu acho importante que seja gravada pela Subprefeitura, igualmente é gravado o do Conselho Participativo. Seria importante que a Subprefeitura também grave as reuniões do CADES porque assim vai poder vincular em vários lugares a informação do que é o CADES e começar a participar. Na reunião anterior estavam os Conselheiros e um ou dois convidados, hoje também, então a gente tem que se apropriar desse Conselho e mostrar para a população como ele é importante. Se fala em educação ambiental como vai se fazer se não é mostrado onde reclamar, onde procurar informações. Como no caso do Fagner que tem acesso a uma incubadora de projetos, eu estou aqui tive a informação e o Max teve também, mas quantos poderiam ter também. Eu acho de muita importância isso, muito obrigada.

Max Creus – Conselho Gestor UBS Canaã: gostaria de apoiar as colocações da Sueli porque acho o seguinte, o papel aceita tudo agora uma gravação não tem como contestar. O papel da gravação é importantíssimo porque se falou alguma coisa, volta e se expressa como está na gravação. O papel aceita tudo, essa é a diferença. O que a Sueli acabou de falar estou de pleno acordo.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: gostaria de ponderar um aspecto da gravação. Deixando claro que não sou contra. Só gostaria de colocar uma ponderação no assunto. A necessidade da gravação para divulgação, que ela tem que haver temos que ver o que se quer dizer com o termo necessidade. Pode haver comunicação de várias formas. A experiência que eu tive no Conselho Participativo é quase que obrigatório que as reuniões sejam gravadas pelo seguinte sentido, o Participativo é um Conselho Deliberativo, ele determina coisas. Ele aprova metodologias, ele aprova orçamento, ele aprova muita coisa dentro da estrutura da Subprefeitura e da nossa cidade de São Paulo. O CADES é um conselho consultivo, ele não é deliberativo. Nos temos o papel de ouvir a população e ser uma ponte entre o cidadão e os órgãos públicos. Nos temos toda a legitimidade de cobrar todos os órgãos da Subprefeitura no que diz respeito ao Meio Ambiente e assuntos correlatos associados ao Meio Ambiente. Não que eu seja contra a gravação. Só quero deixar esse aspecto colocado para raciocínio dos Conselheiros e dos demais, da obrigatoriedade de gravar, no Participativo é enorme. Aqui já foi informado que está vindo uma Audiência Pública Orçamentária de escolhas de propostas. Você vai dizer onde vai gastar o dinheiro da cidade. Então se você não tem uma coisa muito transparente das suas opiniões, do que você está destinando dos recursos da cidade é inviável um Conselho assim. Aplaudimos o Conselho Participativo em ser tão transparente e gravar. O nosso é consultivo. Existe a



necessidade de gravar para haver uma comunicação perfeita? Podemos sim gravar, mas há a necessidade imperiosa de se fazer por gravação? Eu diria que não existe, porque o CADÃO, o Conselho Principal do Meio Ambiente, ele não grava suas Reuniões. Nos temos que nos basear na metodologia do órgão mais alto e vai vindo num espelho para os Cades Regionais. Cada um dos Cades Regionais podem ter de diferente, mas temos um norte uma linha. Podemos gravar? Podemos. É uma questão que cada Conselheiro tenha a sua opinião formada e aí vamos discutir.

Marlene Emília Bicalho dos Reis Martins – Conselheira Sociedade Civil: primeiro gostaria de lembrar que se está falando em usar 3 minutos para falas, todos tem que ser objetivos. Um Conselho ser consultivo ou deliberativo não invalida a discussão que é o grande tema nosso, do CADES, de Conselhos de Parques é ter a prerrogativa de colocar na berlinda as Políticas Públicas e a gente participar. A questão participativa está em primeiro lugar. Depois se é Deliberativo ou Consultivo e as consequências disso, eu penso assim, se há uma solicitação de gravar, se for um item fácil. É uma questão de apertar um botão e disponibilizar em tal plataforma eu sou a favor. Não sei se chegaremos a fazer alguma votação, mas entendo que é uma medida de transparência e publicidade dos atos do Conselho do Jabaquara. Sou a favor de gravar pela questão da transparência acima de tudo. Até porque temos convidados aqui e pode-se ter outros convidados e pode ser interessante sim ter um registro. A partir daí vai lidando com as questões durante o ano.

Sueli Gomes – Conselho Participativo: se a gente sempre briga por transparência essa é uma maneira de levar a população as informações. É isso que vai chamar o público a se apropriar desse Conselho também. Tem as propostas do milênio que não é coisa pouca. Vocês têm um trabalho muito árduo e muito importante e a população tem que estar presente nisso. A gravação é uma forma de abranger o território. Concordo com as palavras da Marlene. Não importa se é Deliberativo, Consultivo, o importante é que tenha que ser participativo da população da comunidade, para todo território da Jabaquara.

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: rapidamente, eu acho que a gravação eu faço sempre. Como jornalista eu gravo sempre toda reunião pública. Eu acho que somos Conselheiros representando a comunidade então essa é uma forma da população saber como a gente se posiciona. Quem votou na gente tem que saber como se fez o enfrentamento ou a defesa do ponto de vista olho no olho. O papel é muito duro, e outra coisa, a gravação existe em qualquer empresa. Ela faz a gravação, até para quando alguém tiver uma dúvida revisar a ATA pela gravação. Mesmo que não seja para divulgar a gravação ainda sim seria um imperativo.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: mais 15 segundos para falar que eu não sou contra. Mas estou fazendo o mesmo papel que o Shindi falou que fez ao propor o ponto de pauta, estou fazendo a provocação do debate. Só isso.



Marianne Sartoratti Branco – Conselheira Sociedade Civil: você já tinha nos passados a informação que grava o áudio para facilitar a transcrição a ATA. Eu só não sei se talvez pudermos deixar a gravação disponibilizada em uma plataforma oficial para as pessoas aí sim ter acesso a gravação, isso é uma coisa que pode ser avaliada. Mas sobre gravar, acho importante ter a gravação, até para que a gente possa divulgar alguma coisa ou se for necessário revisar alguma informação e cabe agora avaliar como a gente vai fazer essa disponibilização. Se ela seria por solicitação ou se vai ser publica em uma plataforma de qualquer acesso.

Marlene Emília Bicalho dos Reis Martins – Conselheira Sociedade Civil: no próprio site da Prefeitura a gente tem um canal de cada CADES, todas as ATAs estão disponíveis lá, gravações não, mas acho que a gente pode tentar via Subprefeitura fazer uma solicitação. Para mim o local oficial é o site, no ambiente digital da Prefeitura de São Paulo. Já que é um órgão ligado a Prefeitura, e da Sociedade Civil, ali seria o ambiente ideal até porque eles têm toda tecnologia disponível que isso poderia abranger todos os CADES.

Marianne Sartoratti Branco – Conselheira Sociedade Civil: eu acho importante o que você falou, porque quando eu pesquisei para entrar no Conselho eu vi que alguns Conselhos, na página oficial da SVMA que abria para os CADES havia as ATAs publicadas, as datas das próximas reuniões, tudo organizado, então qualquer cidadão que digitasse CADES Jabaquara entraria e conseguiria acessar todas as informações oficiais.

Marlene Emília Bicalho dos Reis Martins – Conselheira Sociedade Civil: assim seria o ideal por vários motivos.

Marianne Sartoratti Branco – Conselheira Sociedade Civil: alguns não tinham informação nenhuma, não tinha um e-mail, não tinha nada. Parecia que aquele CADES estava inativo, na verdade não estava, mas não tinham as informações alimentadas no canal oficial.

Marlene Emília Bicalho dos Reis Martins – Conselheira Sociedade Civil: o que eu me lembro também, que não era uma plataforma muito amigável, no sentido de você encontrar fácil, mas pode melhorar, eu acho, a plataforma. Mas está lá bastando você procurar as informações. Gravações não.

Shindi Kiyota - Conselheiro Sociedade Civil: somente para esclarecer que até duas gestões atrás, me parece que era proibido gravar. Na gestão passada, que nos mudamos agora, nós fazíamos algum tipo de gravação. E atualmente sei que temos de 4 a 5 Cades Regionais que gravam as reuniões.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: essa fala do Shindi vem de encontro a um encaminhamento que preciso fazer. E eu gostaria de solicitar ao Antônio, que é nosso representante junto a SVMA, que anote essa dúvida que se apresentou no CADES sobre a gravação de reuniões. Saber se existe alguma restrição, ou está livre as gravações, para termos um posicionamento oficial atual sobre o assunto. E para o Representante da Subprefeitura, o José, seria



em saber conforme o depoimento da convidada Sueli, a Subprefeitura é que grava as reuniões do Conselho Participativo, e gostaria de consultar sobre se poderia gravar sem problemas, também a nossa reunião de forma institucional como faz com o Participativo. Se houver alguma resposta dos representantes agora, fica a palavra aberta caso contrário, aguardamos para próxima reunião.

Antônio Atoro – Representante Titular da SVMA: boa noite, já fiz a anotação da dúvida. Fica um pouco difuso alguns terem a gravação e outros não. Eu já participei do Conselho Participativo, onde existe a gravação. Mas fiz a anotação e responderei pelo grupo ou na próxima reunião.

José Frutuoso – Representante do Subprefeito do Jabaquara: eu também da mesma forma vou buscar maiores esclarecimentos do procedimento aqui na Subprefeitura e no primeiro momento que tiver a resposta direi ao Conselho.

Sueli Gomes – Conselho Participativo: lembramos que somos eleitores e colocamos as pessoas do Poder Público lá e temos todo o direito de pedir a gravação sim, nós não trabalhamos para a Subprefeitura a Subprefeitura trabalha para nós e os Conselheiros podem pedir o encaminhamento para fazer as reuniões gravadas via Prefeitura e ser atualizado o site do CADES com as ATAS, as gravações e todos os informativos. Eu espero que os Conselheiros eleitos possam valer os votos de quem votaram neles, porque quem eu votei eu vou cobrar.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: agora vamos passar ao quarto ponto de pauta “outros” no item Metodologia do CADES-JA para Deliberações como Adotar o Grupo de WhatsApp como forma prévia de Deliberações, que acho amarra muito do que estamos falando até o momento, e o principal acho seria nessa reunião dar o parecer, favorável ou contra a utilização do WhatsApp do nosso Grupo dos Conselheiros, em que os diálogos pudessem ser com um teor mais conclusivo. Por exemplo, algum assunto que tiramos um consenso ali, traríamos para a Reunião Ordinária. A questão que se coloca é, vamos legitimar o WhatsApp para não precisarmos esperar toda reunião para discutir alguma coisa ou faremos de outra maneira? Essa é a questão desse item. Já existe algum ponto de vista? Inclusive os Suplentes que estão participando da Reunião também podem dar uma posição caso já tenham.

Marlene Emília Bicalho dos Reis Martins – Conselheira Sociedade Civil: porque questão de ordem, esta questão está dentro do Regimento Interno, que vai esbarrar, e aquele canal que a Marianne criou, eu pessoalmente não consegui entrar ainda. Mas eu acho que ali é um lugar para a gente alimentar as sugestões, inclusive essa para que a gente possa trabalhar a questão da comunicação de uma maneira mais ampla. Eu pessoalmente acho o WhatsApp um terror para você decidir e falar seriamente. A gente está num órgão muito importante para passar discussões no meio do dia, eu não consigo ler absolutamente. Muita gente não consegue, porque temos trezentas coisas para fazer. Eu acho um canal péssimo, talvez para lançar uma ideia, mesmo assim se eu coloco lá, e outra pessoa está trabalhando, e outra também. O meu tempo livre não é o de vocês e vice-versa então acho muito complicado. Eu sou



a favor da gente abrir um Google Drive, um banco de dados como a Marianne colocou, e ali a gente deposita as coisas sérias que a gente tem a dizer. No restante eu acho que você colocar opiniões, ou até sugestões de outros cursos, outras coisas de relevância para todos nós são bacana, colocar alguma coisa da parte ambiental é sempre bem-vindo, mas para decisão e discussão acho um péssimo canal. É a minha contribuição.

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: eu fiz sugestão do WhatsApp para se fazer uma comunicação. Não acho que o WhatsApp sirva para deliberação até porque temos aquela prática de reservar um ou dois dias na semana para debater um tema, e temos outros compromissos. Então se eu reservei a terça-feira para discutir o CADES, na quarta-feira e na quinta-feira na verdade, eu não vou estar disponível. Outra coisa que eu acho importante e que a gente vai deliberar até agora, é que tem que divulgar essa ATA pelo menos com 72 horas de antecedência, porque este é um prazo razoável para o pessoal ler, se apoderar e debater. Outra coisa, a reunião também tem que ser chamada ou publicada a ATA com a convocação, porque não é só os conselheiros que participam. A comunidade toda participa. Eu estou falando isso porque da impressão de que a gente divulgou o link há três horas da reunião. Até então a gente não sabia se o link ia ser pelo Teams, se ia ser Google Meet ou Facebook. Então esse procedimento a gente pode aprovar agora, fazer a divulgação pelo menos com 72 horas de antecedência. O WhatsApp é mais uma forma de comunicação e não de deliberação.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: dentro desse encaminhamento do Mauro, é necessário um tipo de esclarecimento da parte do Secretário, em que na preparação dessa reunião eu tive a questão dos feriados prolongados, em que a família tinha que ter uma atenção, problemas de agenda, e algumas coisas que me atrapalharam. Mas isso não vai acontecer todos os meses. Realmente essas atividades têm que ser apresentadas com bom tempo hábil para que todos possam analisar com calma. Houve esse atropelamento nesse mês, mas com certeza não é a rotina, e digo isso como justificativa. Entendo que esse não é momento para abriremos votação para determinação de tempos, uma vez que como foi dito, isso é uma questão amarrada nas deliberações do Regimento Interno, que tem que ser alimentados na planilha elaborada, e será analisado posteriormente, como tempo de fala, tempo de envio. Mas nesse tema, existe uma questão prática. Aconteceu que o Shindi mandou um contato pelo Grupo de uma árvore que estava quase caindo, com fotos e tudo. Em princípio disse que a gente deveria esperar a reunião para encaminhar algo para a frente, mas ele me retornou que a situação da árvore era de queda eminente. Aí consultei pelo grupo WhatsApp se eu poderia já encaminhar ofício a Subprefeitura pedindo providências e neste contato a maioria entendeu que sim, já encaminhar pedido a Subprefeitura. Ai o Mauro nos alertou com bastante propriedade, que a gente tem que lembrar da Reunião. Então isso motivou o lançamento desse ponto de pauta, para termos um norte quando acontecer essas situações. Como a convidada Sueli falou, devemos ter nossa agilidade para o nosso eleitor. Se o eleitor que ajudou a gente estar aqui da nossa comunidade, que nos conhece como Conselheiros, e pede ajuda com urgência, aí você vai ter que esperar uma reunião para sacramentar algo, é



algo meio incoerente. Esse foi o motivo que propôs a utilização do Grupo de WhatsApp. Mas também podemos continuar com isso no radar do Conselho, ainda não tivemos algo decisório, mas tivemos a apresentação desses aspectos, que foi levantado no tema metodologia. Nós temos o último tema do ponto “outros” que é a Justificativa/Abono da falta na última Reunião da Conselheira Walquiria e Representante da SVMA Antônio, conforme Parágrafo Único do Artigo 8º do Regimento Interno. O Antônio já na sua fala inicial nos deu a justificativa da sua ausência, que por estar assumindo mais outras atividades na SVMA, teve que participar de curso e por esses motivos profissionais se ausentou da reunião. Houve um contato anterior comigo da Walquiria sobre sua ausência, mas ela deve passar na reunião sua justificativa, para constar em ATA. E os Conselheiros considerar as faltas justificadas ou não.

Walquiria Prata Chioquette – Conselheira Sociedade Civil: o que aconteceu que no mês passado no dia da reunião eu estava em Maringá, num hospital com meu irmão, que estava com covid. Isso lógico não possibilitou eu participar da reunião. Foi isso que aconteceu.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: essas foram as justificativas, uma de caráter profissional outra de saúde. O objetivo desse ponto de pauta, não é pressionar o faltante, e sim, acatar o item 8 do Regimento Interno que oferece a possibilidade de justificar abonar a falta. Isso é importante porque em 4 faltas não justificadas perante o Conselho perde-se o mandato. Me parece, pelas falas, que estariam justificadas as faltas e seriam abonadas. Caso alguém queira discordar tem a palavra.

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: eu me abstenho de votar, porque acho que questão de saúde não tem discussão. É justificada. Mas a questão de outras atividades é complicado. Todos nós temos atividades profissionais, e temos que assumir as nossas responsabilidades. Ainda quero dizer na questão do ZAP que o CADES não é executivo e podem manter suas discussões lá e depois referendar na Reunião.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: para constar, eu Conselheiro Janio, considero abonadas as 2 faltas.

Shindi Kiyota - Conselheiro Sociedade Civil: abonada 2 as faltas.

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: se abstém.

Marlene Emília Bicalho dos Reis Martins – Conselheira Sociedade Civil: ok abonada as 2 faltas.

José Frutuoso – Representante do Subprefeito do Jabaquara: abonada as 2 faltas.

Marianne Sartoratti Branco – Conselheira Sociedade Civil: por mim abonadas as 2 faltas.



Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: os conselheiros se manifestaram e como os demais não fizeram objeção, o Conselho considera abanada as faltas na reunião passada, de Walquiria Prata Chioquette e Antônio Atoro. Encerrado os temas de pauta.

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: questão de ordem, não estamos no item outros assuntos? Eu entendi que outras pessoas poderiam incluir outros assuntos.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: nós adotamos a metodologia de indicar no início da reunião os itens que serão incluídos no tema “Outros”. Como ninguém falou nada, pensei que não havia mais itens a lançar.

Mauro Alves da Silva - Conselheiro Sociedade Civil: eu lancei a questão de como iríamos lançar as propostas na Audiência Pública de 11 de Abril sobre a LDO, sendo que o CADES têm varias propostas e queria saber se vai defender aquelas propostas que já foram apresentadas e não foram executadas e a outra questão que eu coloquei, foi que a Subprefeitura não apresentou as prioridades para o bairro na sua propostas para o CADES e o CADES não apresentou conforme a reunião passada, a sua pauta demanda que estão pendentes. Estou chamando atenção para esses pontos. Pode ser que não tenhamos tempo para o debate, mas fiz questão de colocar esses pontos.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: diante dessa sua inclusão de assuntos, da parte do CADES digo que foram elaboras 14 propostas para a Audiência Pública Orçamentaria de 2021. Foi deliberado enviar estas propostas ambientais da gestão anterior e eu mandei por e-mail para todos os Conselheiros. Essas propostas estão lançadas para a Sociedade Civil, para a Subprefeitura, e interessados no Meio Ambiente e publicadas no Diário Oficial. Essa conotação de “foi feito”, “não foi feito” ou “falta fazer algo”, no âmbito do Meio Ambiente e no âmbito da Subprefeitura, não é tão linear assim. Existe a propostas, algumas foram acatadas algumas não. Se formos pensar linearmente para fazer um balanço, como é a proposta da Marlene numa reunião, de levantar o que foi feito e o que não foi feito, nessa forma de pensar, a gente vai se deparar como não feito. Mas a função do CADES é levantar e instigar o problema e levar para a frente. Agora cabe como o Mauro falou, temos que analisar, se dentro dessas 14 propostas, elas ainda estão atuais na visão dessa gestão, se vamos incorporar algumas, ou lançar novas e lançar na Audiência Pública na data correta.

Marianne Sartoratti Branco – Conselheira Sociedade Civil: queria aproveitar a discussão anterior que estávamos fazendo sobre as urgências. Até para que eu possa entender como se trabalha. Isso é uma coisa que ainda não tenho conhecimento. Vou relatar que eu fui procurada por uma moradora do bairro, solicitando ajuda para análise da Subprefeitura para remoção de algumas árvores, que estão na calçada, que são arvores inadequadas para plantio. Houve uma moda de plantar “Ficos”, mas ela estoura a calçada, estoura redes etc., e na frente do prédio dela as raízes estão ficando muito grandes e danificando as estruturas de passeio, chegando até ao muro do prédio. Como



eu não sabia como levar essa solicitação para o CADES, já que nos cabe apontar relatos de árvores inadequadas, para adaptação da legislação de acessibilidade e tudo mais, eu abri um chamado como pessoa física, com as informações que ela me passou no site da prefeitura, no 156. Essa solicitação tem um prazo de 120 dias para análise. Eu não sei como é que faz para a partir desse relato da moradora, como eu faço para trazer essa demanda para cá, se precisa esperar as reuniões, ou se a gente pode de alguma forma fazer um canal para comunicação dessas solicitações que chegam até nós como Conselheiros.

Marlene Emília Bicalho dos Reis Martins – Conselheira Sociedade Civil: queria solicitar as demandas sobre o que eu pedi na outra reunião. Foi o que tiver em andamento, fosse esclarecido. Recebi por e-mail o material Atividades do CADES de 2020 e 2021. De maneira nenhuma eu tenho a pretensão, e o CADES não está para resolver os problemas da cidade, a gente tem uma gestão de Prefeitura, um executivo que deve atender uma série de coisas. Mas o que eu pedi é para que eu entendesse exatamente, territorialmente falando. Por exemplo, vejo situação das obras no Riacho do Tanquinho, isso aqui me situa. Agora eu vejo questões de córregos e locais e é nesse sentido que eu quero saber o que está acontecendo no bairro. Mas jamais com intuito de falar isso ok ou isso não. Insisto, para termos uma atuação mais assertiva, valeria a pena ler isso com calma e trazer essas demandas, inclusive com a Marianne, nós temos um problema muito mais burocrático. Nos temos a Lei das Podas, um problema seríssimo, gravíssimo que está acontecendo em São Paulo. De solicitações cada vez com caminhos encurtados para você poder remover uma árvore. E está muito aquecido esse problema. O Fórum Verde do qual eu participo está muito em cima disso. Em conjunto a vereadores e outras instâncias. Porque está havendo muito encurtamento de caminho. Hoje mediante uma simples lauda, em que você contrata um Agrônomo e um Botânico e você pega assinatura deles, e dá entrada na Prefeitura e é cortada a árvore. Meramente uma questão administrativa. Não está tendo a visão Ambiental nisso. Está muito mais grave do que o “Ficos”. Pode ocorrer situações que não se precisaria haver a remoção a árvore, não há um monitoramento, existem também outros planos setoriais, o Planpavel. Para que a gente tenha uma visão mais sistêmica de falta de arborização em alguns lugares e problemas em outros. Então a gente precisa abrir o olhar nesta questão. Eu não faço parte do GT de Arborização do Fórum Verde, mas eu acompanho tudo que acontece lá e eu sei que está acontecendo um embate jurídico muito forte. Temos que por o radar em cima, porque é muito sério o que está acontecendo. Muita retirada de árvore, demais, além da conta. Inclusive o setor imobiliário está comendo em vários lugares e encurtando os caminhos.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: respondendo a Marianne, o seu procedimento foi perfeito, mas neste método, a resposta virá em 120 dias. O CADES é uma ponte de interlocução junto ao Poder Público. Nos somos legitimados pela nossa votação, as pessoas nos escolheram para que a gente tenha um diálogo mais próximo com o nosso gestor local que é a Subprefeitura. O CADES ele notifica. No Regimento Interno diz que as notificações do CADES são feitas por Ofícios. Esses ofícios são encaminhados e a Subprefeitura do



Jabaquara ela sempre deu atenção aos pedidos do CADES. As vezes a resposta não é a que gostaríamos, mas a resposta vem em atenção do que pedimos. Então estamos neste momento tentando definir como será a cara deste CADES. O Shindi mandou um pedido, eu ia mandar o ofício e de alguma forma barrou-se. Você faria a mesma coisa, iria levantar todos os dados que tivesse dessa moradora. Fotos, protocolos de atendimento, ou no caso, fotos que o próprio Conselheiro tira e manda ao CADES. Nos oficiamos a Subprefeitura. O problema é muito mais em baixo como a Marlene nos disse. E eu sou contra, como Conselheiro, que o CADES seja um facilitador de derrubada de árvores. Não pode ser esse o caminho rápido, pensar que o CADES vai agir, vai mandar algo para a frente e agilizar tirar a árvore. Eu acho que nos temos que nos basear na Legislação. O CADES manda a situação para os órgãos competentes, eles vão analisar perante a lei, se tiver que fazer algo, será feito, se não puder não será feito porque não pode. Então nós caímos novamente naquele caso. Ficamos agora de pensar numa metodologia de receber esses pedidos, conversarmos entre nós e decidirmos. Foi falado no Google Drive. Alguns falaram que o WhatsApp não é muito confiável, outros que não está sempre disponível para ele para debater, para conversar. Então temos que ver qual método vamos adotar, porque o CADES está aqui para mandar o pedido e a Subprefeitura nos atende. Como falei, eles dão as respostas, as vezes não é a que nós queremos. Mas eles avaliam. Temos que mandar o ofício, mas temos que escolher o método de agir. Agora a hora está avançada, o tempo de reunião se encerra, mas na próxima reunião ou nos próximos contatos a gente já agilize isso. Como vamos levar o contato de nosso munícipe para a frente? A Marianne vivenciou isso, e vamos decidir.

Sueli Gomes – Conselho Participativo: gostaria de pedir uma devolutiva do Representante da Subprefeitura, porque cerca de um mês atrás, os funcionários da Subprefeitura estavam ali ao lado da UBS Geraldo, na pracinha. Eles estavam tirando um banco que fica rente a quadra de esportes. Ali havia um morador de rua. O morador de rua não está mais lá, retiraram o banco. Alegaram que se tratava de revitalização da praça. Já faz um mês, não aconteceu nada, o morador de rua voltou, e gostaria de saber como isso se deu?

Marlene Emília Bicalho dos Reis Martins – Conselheira Sociedade Civil: a título de informação eu postei no grupo a emenda do Projeto de Lei que trabalha a questão da arborização e uma matéria do Fórum Verde Permanente que está na luta contra ações que possam não ser corretas, no ponto de vista de segurança, que só pode remover uma árvore, a meu ver, se ela estiver extremamente doente, realmente causando muito transtorno. Coloquei no grupo para que possamos nos informar.

Jânio R. Coutinho – Primeiro Secretário: vou dar a palavra ao José, e com certeza, este será mais um tópico daquela reunião que vocês do Participativo terão na Subprefeitura.

Neste momento verificamos que o Representante da Subprefeitura não estava online.



Como não havia como responder à convidada e os pontos de pauta se encerraram, demos a reunião por encerrada.

Em tempo: após aproximadamente 20 minutos do término da Reunião o José Frutuoso entrou em contato para informar o motivo da sua saída da reunião:

“Seu microfone apresentou um problema, e como ele teria que encerrar a reunião e responder alguma questão, ele saiu para reiniciar o equipamento. Lamentavelmente ao sair da sala, caiu a energia elétrica no bairro da sua moradia e não pode voltar a tempo para participar do encerramento da Reunião”.